

PROPOSTAS DE MESAS REDONDAS - ÁREA TEMÁTICA: PROPOSTA DE
MESA REDONDA

**A QUESTÃO CLIMÁTICA E A JUVENTUDE: DO PROTESTO À OCUPAÇÃO
DOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS**

Beatriz Silva Soares (biasoare3105@gmail.com)

Kayque Bernardo Magalhães De Farias (kayquemaga2k@gmail.com)

Renata Bastos Da Silva (renatabastos@ippur.ufrj.br)

A atuação da juventude em pautas ambientais tem se destacado de forma crescente nas últimas décadas, impulsionada pelo agravamento das crises climáticas e pela emergência de movimentos sociais transnacionais que denunciam a inação de governos e empresas diante da destruição ambiental. Um dos principais símbolos desse engajamento juvenil é a jovem sueca Greta Thunberg, cuja mobilização em 2018 deu origem ao movimento Fridays for Future, que rapidamente se espalhou pelo mundo (THUNBERG, 2023). No entanto, observa-se que, além das ações de protesto e da mobilização social, uma parcela significativa da juventude tem passado a ocupar espaços institucionais de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, consolidando novas formas de incidência política no campo climático.

A proposta desta mesa-redonda é refletir sobre essa transição, do ativismo de rua à ocupação de instâncias formais, e seus desdobramentos para a construção de uma democracia ambiental mais inclusiva e efetiva. Pretende-se, a partir de experiências concretas de jovens atuando em conselhos deliberativos, na Secretaria de Estado de Juventude do Rio de Janeiro, em

parlamentos e fóruns internacionais, discutir os desafios e possibilidades que se colocam para a juventude quando ela deixa de ser apenas voz de denúncia e passa a atuar como agente político institucionalizado.

Parte-se do reconhecimento de que a juventude desempenha papel essencial na luta por justiça climática, sendo protagonista na formulação de práticas políticas que problematizam os modelos tradicionais de representação, frequentemente excludentes e hierarquizados. Essas práticas não apenas tensionam os limites da política institucional, como também ampliam a participação cidadã e inovam nos modos de engajamento. Nesse sentido, Michel Wieviorka (2015) oferece uma importante contribuição ao analisar a nova onda de mobilizações sociais e engajamentos juvenis que extrapolam as formas convencionais de participação política, indicando uma renovação nas formas de ação coletiva.

Ao mesmo tempo, esta proposta reconhece os limites e tensões envolvidos nesse processo de institucionalização. A crítica formulada por Marco Aurélio Nogueira (2023) às chamadas “batalhas identitárias” é incorporada como contraponto relevante ao debate. Segundo o autor, a fragmentação política excessiva em torno de identidades pode comprometer a construção de uma república democrática efetiva. No entanto, argumenta-se que é possível e necessário articular o reconhecimento das especificidades das juventudes (indígenas, negras, periféricas, quilombolas, entre outras) com a construção de um projeto político comum. A valorização dos saberes e práticas ambientais dos povos originários, por exemplo, constitui um caminho virtuoso, que contribui para formas coletivas e sustentáveis de convivência e cuidado com o meio ambiente.

A interseccionalidade, conforme proposto por Kimberlé Crenshaw (2020), é incorporada à discussão como ferramenta analítica fundamental para compreender como diferentes marcadores sociais moldam a experiência das juventudes diante da crise climática e das políticas públicas. Compreender essas múltiplas camadas de vulnerabilidade é essencial para pensar políticas públicas mais eficazes, justas e inclusivas, que promovam a equidade e a justiça ambiental.

O objetivo da mesa, portanto, é promover um espaço de troca entre experiências acadêmicas, militância juvenil e atuação institucional, reconhecendo a juventude não apenas como agente de mobilização, mas também como formuladora de alternativas sustentáveis e democráticas. Em um

cenário de intensificação das crises climáticas e de recorrência de desastres socioambientais, a governança pública precisa se tornar mais responsiva, plural e democrática, incorporando as vozes juvenis como parte fundamental da construção de um futuro justo.

Referências:

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. São Paulo: Cortez, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento de referência: A interseccionalidade como uma ferramenta de análise de políticas públicas. Brasília: ONU Mulheres Brasil, 2020.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Batalhas identitárias e os riscos para a democracia, 2023. Disponível em: <https://marcoanogueira.pro/batalhas-identitarias/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

THUNBERG, Greta. O livro do clima. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

WIEVIORKA, Michel. A nova onda de mobilizações sociais? In: LEITE, Márcia; PEREIRA, Igor (orgs.). Juventude e política: ações coletivas e novos engajamentos. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 17–32.

Palavras-chave: juventude; justiça climática; participação política; interseccionalidade; espaços institucionais.